



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA GRANDE DOURADOS

Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Curso de Relações Internacionais - FADIR

Davi Tadayuki Fuzzi Higioka

Os impactos dos “megaeventos” esportivos no brasil durante o Governo Dilma  
(2011-2016)

Dourados - MS

Dezembro

2024

DAVI TADAYUKI FUZZI HIGIOKA

Os impactos dos “megaeventos” esportivos no Brasil durante o Governo Dilma  
(2011-2016)

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Banca Examinadora da Universidade Federal da  
Grande Dourados, como pré-requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais, sob orientação do Prof. Arthur  
Pinheiro de Azevedo Banzatto*

Área de concentração: 7.09.05.04-5 Relações  
Internacionais, Bilaterais e Multilaterais

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

H638i Higioka, Davi Tadayuki Fuzzi  
Os impactos dos "megaeventos" esportivos no brasil durante o Governo Dilma (2011-2016)  
[recurso eletrônico] / Davi Tadayuki Fuzzi Higioka. -- 2024.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto.  
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Soft Power. 2. Megaeventos. 3. Governo brasileiro. I. Banzatto, Arthur Pinheiro De Azevedo.  
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 3 de dezembro de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Davi Tadayuki Fuzzi Higioka** tendo como título “**Os impactos dos megaeventos esportivos no Brasil durante o Governo Dilma (2011-2016)**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto** (orientador), **Dr. Hermes Moreira Junior** (examinador) e **Dr. Márcio Augusto Scherma** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **APROVADO**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **ARTHUR PINHEIRO DE AZEVEDO BANZATTO**  
Data: 04/12/2024 18:23:21-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

**Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto**

Orientador

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **HERMES MOREIRA JUNIOR**  
Data: 04/12/2024 08:09:27-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

**Dr. Hermes Moreira Junior**

Examinador

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **MARCIO AUGUSTO SCHERMA**  
Data: 03/12/2024 20:04:30-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

**Dr. Márcio Augusto Scherma**

Examinador

## Resumo

Este trabalho analisa os impactos políticos, econômicos e sociais da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil, destacando como esses megaeventos foram usados como instrumentos de *soft power* pelo governo brasileiro para projetar a imagem do país no cenário internacional.

O governo Lula (2003-2010) impulsionou as candidaturas desses eventos em um contexto de crescimento econômico e ascensão política internacional, utilizando o futebol como parte da identidade cultural brasileira e diplomacia esportiva. A pesquisa destaca o papel das organizações internacionais (FIFA e COI) na imposição de condições ao país anfitrião, como altos investimentos em infraestrutura e ajustes legislativos. Porém, durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), a execução dos eventos enfrentou desafios como crise econômica, manifestações populares e denúncias de corrupção. A "Lei Geral da Copa" e os investimentos em infraestrutura para os eventos geraram polêmicas sobre uso de recursos públicos, colaborando para parte das críticas da opinião pública. A gestão também foi marcada por atrasos nas obras e a mobilização de uma parcela da sociedade contra os gastos excessivos.

Os megaeventos tiveram impactos contraditórios. Por um lado, trouxeram visibilidade internacional, e melhorias urbanas em algumas áreas. Por outro, exacerbaram problemas sociais e econômicos, como desigualdade, remoções forçadas e aumento da dívida pública, além de expor vulnerabilidades políticas, como a corrupção sistêmica revelada pela Operação Lava Jato.

Em suma, conclui-se que, embora o Brasil buscasse fortalecer sua posição internacional e identidade cultural como "país do futebol", os megaeventos deixaram um legado ambíguo, misturando benefícios e prejuízos. A experiência serve como alerta para outros países emergentes ao considerar o custo-benefício de sediar eventos dessa magnitude.

**Palavras-Chave:** Soft Power; Megaeventos; Governo brasileiro

**Summary:**

This work analyzes the political, economic, and social impacts of the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Olympic Games in Brazil, highlighting how these mega-events were used as **soft power** tools by the Brazilian government to project the country's image on the international stage.

The Lula administration (2003–2010) promoted Brazil's bids to host these events in a context of economic growth and rising international political influence, leveraging football as part of Brazil's cultural identity and sports diplomacy. The research emphasizes the role of international organizations (FIFA and IOC) in imposing conditions on host nations, such as high infrastructure investments and legislative adjustments. Although, during Dilma Rousseff's presidency (2011–2016), the execution of the events faced challenges including an economic crisis, public protests, and corruption scandals. The "General Law of the World Cup" and other infrastructure investments sparked controversies regarding the use of public funds, drawing criticism from the public. The administration also struggled with delays in construction projects and growing societal opposition to excessive spending.

The mega-events had contradictory impacts. On one hand, they brought international visibility, and urban improvements in certain areas. On the other, they exacerbated social and economic issues such as inequality, forced evictions, and rising public debt, while exposing political vulnerabilities like systemic corruption revealed by Operation Car Wash.

The study concludes that while Brazil sought to strengthen its international position and cultural identity as the "country of football," the mega-events left an ambiguous legacy, mixing benefits with significant costs. The experience serves as a warning for other emerging countries when considering the cost-benefit of hosting such large-scale events.

**Keywords:** Soft Power. Megaevents; Brazilian government

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	<b>8</b>
<b>2. Capítulo: Esporte e Soft Power nas Relações Internacionais</b>	<b>11</b>
2.1 Os tipos de poder nas Relações Internacionais	11
2.2 As fontes de Soft Power	13
2.3 Diplomacia esportiva	14
2.4 O Futebol e a identidade cultural brasileira	17
2.5 A politização dos megaeventos esportivos	20
<b>3. Capítulo: O Cenário Doméstico Brasileiro</b>	<b>24</b>
3.1 Ambição Internacional	24
3.2 O cenário nacional e a Copa do Mundo de 2014	26
3.3 Padrão Fifa e o impacto no cenário doméstico	29
3.4 Padrão COI e pós Rio 2016	31
<b>4. Considerações Finais</b>	<b>36</b>
<b>5. Referências bibliográficas</b>	<b>38</b>

## 1. Introdução:

O esporte e a política apresentam uma relação de influência mútua entre si, não somente no que se refere ao uso do esporte na diplomacia pelo Estado, mas também no que diz respeito aos seus impactos políticos, econômicos e sociais. Os grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, geram tais impactos principalmente nos países que os sediaram. Assim, este trabalho visa analisar o Estado brasileiro, país que detém um longo histórico de uso do esporte como instrumento de soft power, além de ter sido o anfitrião das edições da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, em um período de instabilidade político-econômica no país.

Esta pesquisa busca analisar os objetivos visados pelo governo brasileiro com a candidatura para sediar tais megaeventos, e como o mesmo se portou frente às pressões, tanto dos organismos internacionais quanto da população nacional, diante dos protestos ocorridos. Ademais, busca-se discorrer também sobre o saldo político e econômico de tais eventos para o país.

Para fins de análise, toma-se a definição de megaeventos esportivos como:

“eventos esportivos de curta duração, longa preparação, significado internacional e que operam em escala de milhões de participantes, com caráter dramático, apelo popular de massa, grandiosidade de público, mercado-alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã” (HALL, 2006, p.59).

Assim, vale discorrer nesta pesquisa sobre a maneira como as organizações internacionais responsáveis pela legislação/organização desse tipo de evento tendem a impor aos países anfitriões certas condições para que tais eventos aconteçam. Neste sentido, busca-se identificar, de forma mais específica, qual teria sido o real impacto do cumprimento dessas condições para o governo brasileiro.

Ademais, tem-se como cenário da análise o período do governo Dilma Rousseff (2011-2016), uma gestão que tinha como objetivo primário dar continuidade a visão do governo antecessor, não somente no que diz respeito ao investimento público no esporte, mas também nas funções

(integradora e econômica) que tal atribuía ao setor esportivo (Carneiro, 2019). Inclusive, desde o segundo mandato do Governo Lula (2006-2010), o Brasil vinha ganhando maior projeção internacional, mediante a valorização econômica da exportação de suas commodities, fator que contribuiu para as suas candidaturas como sede dos megaeventos. Porém, o governo que se seguiu, enfrentou um contexto de estagnação/crise econômica nacional, principalmente no segundo mandato (2015-2016), período no qual os megaeventos ocorreram.

Diversos fatores internos levaram a um cenário de descontinuidade, o qual foi agravado pelos gastos com a infraestrutura exigida pela FIFA para 2014 (e também pelo COI para 2016), que impactaram as já instáveis estruturas políticas, econômicas e sociais do país. O governo Dilma focou sua atenção nos “megaeventos” e na maneira como esses supostamente oportunizariam o (re)lançamento da imagem do país na geopolítica mundial.

Em suma, considera-se esse trabalho relevante, pois embora tenha como foco as consequências advindas dos eventos esportivos de cunho internacional ocorridos na década passada no Brasil, analisa paralelamente a capacidade do esporte afetar a política doméstica de um Estado, e o quanto atores políticos podem se utilizar do esporte nas suas relações internacionais. Ademais, tal pesquisa contribui para o campo das Relações Internacionais, pois baseia-se na ideia de que os Estados utilizam dos megaeventos esportivos como instrumento de soft power, almejando projetar suas identidades nacionais no cenário político-econômico internacional e ampliar as oportunidades em suas políticas externas. Além disso, este trabalho também considera que, apesar de os Estados buscarem sediar os megaeventos para alcançarem os objetivos supracitados, estes podem sofrer pressões de organizações internacionais e dependem de condições políticas, econômicas e sociais para obterem êxito.

Tal pesquisa visa analisar a relação entre o esporte institucionalizado e as relações internacionais, com foco nos megaeventos esportivos (Jogos Olímpicos de Verão e Copas de Futebol) organizados por Organizações Internacionais. Ademais, há destaque para as intenções do governo brasileiro ao sediar tais eventos no período entre 2014 e 2017, e as consequências advindas de tais fatos. Especificamente, este trabalho busca responder às seguintes questões: Quais foram os reais impactos dos megaeventos sobre o cenário político doméstico brasileiro? E como o Brasil utilizou-se do esporte nas suas relações internacionais, mediante seus objetivos de Política Externa?.

Assim, este trabalho reside dividido em três partes. A priori discorre-se uma análise sobre o conceito de soft power nas Relações Internacionais, estendendo para os conceitos de diplomacia pública, diplomacia cultural e diplomacia esportiva. Discorre-se também acerca da considerável presença do futebol como elemento da identidade nacional brasileira, e como o Estado brasileiro utilizou-se desse em sua agenda de política externa, em um período cujos megaeventos esportivos já se encontravam politizados. Já no segundo capítulo, explana-se sobre o cenário doméstico brasileiro, desde as motivações para sediar os dois principais megaeventos (Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de Verão), até a ocorrência desses em um Brasil politicamente instável. Por fim, conclui-se com a perspectiva do legado deixado pelos megaeventos no país.

## **2. CAPÍTULO: ESPORTE E SOFT POWER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Mediante as mudanças advindas da globalização, o esporte ganhou cada vez mais relevância no cenário internacional, principalmente no que se refere ao uso da diplomacia esportiva pelos Estados através dos megaeventos esportivos. A partir de tais eventos, o esporte é visto como um relevante negócio internacional (Portela, 2014), dado que eles representam uma possibilidade de expor ao meio internacional a identidade de uma nação, da mesma forma que detém grande potencial de gerar empregos, atrair investimentos e demais benefícios ao país que os sedia (Melo Silva; Cavalcanti, 2021).

Assim, de acordo com Suppo (2012), os Estados utilizam do amplo alcance desses eventos como instrumento de “soft power”, visando aflorar as suas relações para com outros atores internacionais (sejam estatais ou não). Logo, neste capítulo vale compreender o conceito, a eficácia, as fontes e os meios de aplicação de tal tipo de poder no sistema internacional, ao considerar o fato da diplomacia esportiva, inclusive a brasileira, deter êxito, relevância e ambição na projeção de soft power.

### *2.1 Os tipos de poder nas Relações Internacionais*

O conceito de Soft Power (poder brando/suave em português) foi introduzido pelo cientista político norte-americano Joseph Nye, em sua obra “Bound to Lead: The Changing Nature of American Power”, publicada em 1990, no período seguinte ao fim da Guerra Fria. O conceito consiste na ideia de que o poder de um Estado não fundamenta-se apenas na capacidade militar ou econômica deste, mas também na capacidade de atração e/ou influência dele sobre outras nações. Assim, através de estratégias que expressam tal poder, os Estados podem promover a articulação de seus interesses e fortalecer sua imagem no cenário internacional, mediante efeito de atração, e não de opressão (Ballerini, 2017).

Visando uma melhor compreensão de tal conceito, vale considerar a definição de poder, cuja palavra aponta, etimologicamente, para o termo latim *podere*, a mesma da qual advém a palavra *potência* (indica capacidade de ação). Embora o conceito de poder em Relações Internacionais seja amplo e discutível, Nye define o termo como a habilidade de obter os resultados desejados, e *stricto sensu*, a habilidade de influenciar os outros para obtê-los (Nye, 2004, p. 1–2). Ademais, segundo Norberto Bobbio (1986) a definição de poder também pode estar ligada a um conceito relacional, conforme considera-se a relação entre dois sujeitos, em um cenário onde o

primeiro consegue influenciar o comportamento do segundo, que de outra maneira, talvez não ocorresse.

Joseph Nye (2004) discorre sobre duas abordagens distintas, presentes na busca pelo poder internacional: o Soft power, como uma expressão de poder através da influência e cooptação, advinda da exposição de elementos culturais, valores próprios que podem atrair e/ou persuadir outros. E em contrapartida, o hard power, definido como demonstração de poder baseada na força militar e econômica de um Estado, cujas estratégias envolvem a aplicação de ameaças, sanções econômicas, intervenções e imposições (Nye, 2004). Assim, o primeiro está ligado a projetos a longo prazo, visto que espera uma resposta a posteriori, diferenciando-se do segundo que demanda do país influenciando reações mais imediatas, estando portanto relacionado a ações de comando.

Embora divergentes, as duas abordagens se complementam, dado que o Hard power não é substituível pelo Soft power, pois um Estado não pode depender apenas da sua capacidade de cooptação dentro do cenário internacional. Além disso, o fato de ambas as abordagens terem o objetivo de afetar/convergir o comportamento de outros em prol do seu interesse/vantagem no sistema internacional, reforça a ideia de que é necessário ao Estado o uso racional equilibrado delas. Inclusive, o próprio autor desenvolveu o conceito de Smart power, para delimitar tal equilíbrio (Pinto, 2011).

Inclusive, considerando o fato de que Nye propõe o conceito, em 1990, logo após o fim da Guerra Fria (1947-1989), período de declínio da visão realista clássica na comunidade acadêmica de Relações Internacionais, torna-se visível que o uso do posteriormente denominado “Hard power” já não era mais o único tipo de poder relevante. Para mais, tal período também foi marcado pelo conflito ideológico, e desenvolvimento das organizações internacionais (Ferrerias, 2024). Assim, o autor propõe contribuir com a perspectiva de que, mesmo que os Estados busquem manusear o poder, a forma como estes alcançam tal feito não é somente pela força de imposição, mas também pela influência.

Entretanto, outro ponto analisado por Nye (2004, p.6) consiste no fato de que o Soft Power não opera somente pela influência (considerando que, o Hard power também pode gerar certo grau de influência), mas também pela atração. De acordo com Nye:

“se eu sou persuadido a seguir os seus objetivos sem qualquer ameaça ou troca acontecendo — em resumo, se meu comportamento é

determinado por uma atração observável, porém intangível — o soft power está operando. Soft power usa um tipo diferente de moeda (nem força, nem dinheiro) para engendrar cooperação: uma atração a valores em comum e à justiça e dever de contribuir para alcançar esses valores.” (Nye, 2004, p. 7, tradução própria).

Assim, torna-se visível que a prática do Soft power no cenário internacional, tem o potencial de promover a convergência de interesses mediante a comunicação entre os atores. Na mesma obra, Nye discorre sobre os principais (mas não os únicos) instrumentos que podem ser utilizados pelos atores como fontes de Soft power, sendo eles a cultura, os valores e a política externa (Nye, 2004, p.11).

## *2.2 As fontes de Soft Power*

A cultura nacional pode ser vista como um dos meios mais efetivos de gerar soft power, dado que ela cria e expõe uma identidade nacional que visa ser atrativa. Considerando a definição de cultura do antropólogo Edward Burnett Tylor (Albuquerque, 2009), como “o complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, leis, morais, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (tradução nossa), compreende-se o peso que a cultura nacional tem sobre a imagem do país no cenário internacional.

Assim, a cultura pode ser propagada através de meios comerciais (cinema, arte, marcas, culinária) e intercâmbios culturais, exemplificado por Nye (2004) na reputação das universidades norte-americanas, visto que essas acolhem estudantes internacionais, dentre os quais podem vir a compor cargos governamentais futuramente nos seus países de origem (tendo sofrido influência da visão norte-americana).

Contudo, um dos fatores que definem a efetividade dessa fonte de poder consiste na abrangência da cultura, visto que, esta precisa ser atrativa a outros países (Amazarray, 2011). Assim, tal atração é dependente dos valores políticos que cada Estado detém. Ou seja, um Estado que tem valores mais universais e abrangentes, detém maior capacidade de atrair culturas. Ao contrário, países com valores mais específicos e menos flexíveis têm maior resistência a culturas externas (Guimarães, B. 2014; p. 147).

A partir daqui, torna-se perceptível a intrínseca relação entre as fontes “cultura” e “valores”. Tal relação, é assim destacada pelo fato de Joseph Nye basear suas análises na política estadunidense, que durante a Guerra Fria, buscava pregar seus valores (como a democracia e Direitos Humanos) sobre outros Estados. Inclusive, Paul Kennedy (2005) ao comparar as duas abordagens (soft e hard), eleva a relação entre o soft power e a democracia, afirmando que para uma abordagem mais efetiva, se faz necessário que o povo tenha voz na política, e que governos deem atenção à opinião pública, pois na visão dele, democracias tendem a ser mais receptivas ao soft power. Ademais, Nye afirma que “soft power depende mais do que o hard power da existência de intérpretes e receptores de boa vontade.” (Nye, 2004, p.16, tradução própria).

Aliás, vale citar que tal comportamento pelos Estados Unidos, não somente intensificou-se após o fim da Guerra Fria e a globalização de diversos valores capitalistas, mas também gerou uma série de mudanças no sistema internacional, dado que houve a emergência de diversas democracias liberais pelo globo.

Enfim, por último, mas não menos importante, a política externa como fonte de soft power. Tal fonte, não está isolada das duas outras, mas pelo contrário, por meio desta tanto a cultura quanto os valores podem ser expostos. Porém, de acordo com Nye (2004, p.10-11; 2006), a política externa é uma fonte efetiva quando mostra-se legítima e detentora de autoridade moral. Assim, um país pode desenvolver agendas multilaterais, acordos, instituições internacionais, e até mesmo regras que demonstrem legitimidade à vista dos outros Estados e estes o vejam como exemplo (eis o aqui o efeito do soft power).

### *2.3 Diplomacia Esportiva*

Ademais, um dos elementos presentes na política externa de um Estado é a diplomacia. Melissen (2005, p. 19) ao distinguir quatro métodos pelos quais um país pode produzir soft power (propaganda, o país como marca, relações culturais e diplomacia pública), agrega com a visão da diplomacia pública como instrumento-chave de tal poder. Pois, além de propagar a imagem do país, também soma no estabelecimento de contato com outras sociedades civis, e intrinsecamente, favorece as relações interculturais.

O desenvolvimento da “diplomacia pública” ocorreu, justamente, a partir da aparição de novos atores diplomáticos como ONGs e corporações transnacionais, somado ao surgimento de

redes verticais e horizontais na diplomacia, que buscam cobrir os vácuos de responsabilidade deixados pelos Estados. Tal surgimento ocorreu, conforme o questionamento da eficácia da diplomacia tradicional (vista como elitizada e com ausência de transparência), principalmente no que diz respeito à relevância e efetividade na resolução dos problemas (e novos desafios) emergentes pela globalização (Jesus, p. 15-16. 2014), dentre os quais, o uso estratégico do soft power é essencial.

Assim, sob o “guarda-chuva” da diplomacia pública, diplomatas tradicionais aproximaram-se de organizações esportivas e indivíduos ligados ao esporte. Conforme a intensificação dessas relações, foi introduzido no léxico dos Estudos diplomáticos a "diplomacia esportiva", pela qual indivíduos relacionados ao esporte atuam em cooperação com os governos nas atividades representativas (Murray, 2011, P. 4-8). Aliás, esse tipo de diplomacia também consiste no uso dos esportes como instrumentos para atores (estatais e não estatais) alcançarem objetivos, causas e interesses de política externa, ou ainda, como fontes de soft power (Castro, 2013. p.30.).

Mais especificamente, o emprego da diplomacia esportiva por atores estatais consiste no uso de eventos esportivos visando maior destaque no cenário internacional, conquistar novas oportunidades de diplomacia pública e amenizar tensões nas relações diplomáticas já existentes. Inclusive, diversos governos também fazem uso desse tipo de diplomacia por meio do emprego de atletas e personalidades ligadas ao esporte internacional (Jesus, 2014). Isso ocorre, pelo fato da inter-relação entre a política e o esporte conseguir operar em múltiplos níveis, de tal maneira que o esporte pode funcionar como um meio tanto para a diplomacia quanto para ampliação da inserção Internacional (Houlihan, 1994).

Grande parte dos eventos esportivos, principalmente os megaeventos, necessitam da diplomacia especializada do esporte internacional para que ocorram. Tal tipo de diplomacia esportiva é feita por atores não-estatais, como organizações e federações. Assim, como apontam os autores Murray e Pigman (2014):

“Organizações como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) engajam-se em negociações com governos, comissões esportivas regionais e nacionais, grandes empresas globais que patrocinam as competições, empresas da mídia global e organizações da sociedade civil. O impacto dessa categoria de diplomacia é alto por conta de seu volume, frequência e habilidade de engajar corações e mentes e gerar lucros no mundo inteiro” (Murray & Pigman, 2014, P. 1009).

Tal atuação das organizações faz-se necessária, visto que para que um determinado evento esportivo internacional ocorra é essencial uma estrutura institucional composta por normas, corpo e entidade administrativa, conclui-se que por si só um Estado não conseguiria administrar. Assim, a organização e desenvolvimento de tais eventos, consistem em plataformas de cooperação entre os governos e atores não-estatais (Cornelissen, 2008, p. 483-484). Porém, a cooperação das instituições internacionais não se limita apenas a organização dos eventos esportivos, mas essas também desempenham um papel fundamental na gerência de seus próprios órgãos. Dado que, a legitimidade de suas diplomacias dependem da reputação no sistema internacional (Murray & Pigman, 2014, p. 1111-1112).

Enfim, a diplomacia esportiva praticada por organizações internacionais, como o COI e a FIFA, busca convencer os Estados dos benefícios dos eventos esportivos, ansiando a convergência dos objetivos comuns de desenvolvimento das duas partes. No caso dos Estados emergentes, tal diplomacia prega a "possibilidade de converter um conjunto limitado de recursos em capital político e diplomático na negociação com os Estados desenvolvidos"(Cornelissen, 2008, p. 483-484. Em outras palavras, prega-se a ideia de que um evento esportivo pode contribuir para o entrelaçamento de laços diplomáticos para com os países desenvolvidos.

Diante disso, vale destacar que, nos últimos anos, países emergentes como a África do Sul e o Brasil demonstraram dar considerável importância à diplomacia esportiva, uma vez que tais Estados identificam nesse tipo de diplomacia uma forma de alcançarem objetivos específicos relacionados ao crescimento econômico (Castro, 2013, p.31). Logo, tais Estados se candidataram a serem sedes de megaeventos, visto que o uso do esporte na política internacional além de servir como um veículo de marketing para as cidades, encontrava-se naquele momento como uma atividade econômica lucrativa (Jackson & Haigh, 2008, p. 349-350). Assim, conforme ainda será aprofundado neste trabalho, tanto para o governo sul-africano quanto para o brasileiro, o uso dos megaeventos significou um movimento de afirmação como potências regionais, carregado de ativismo e atributos culturais (Westhuizen, 2021).

Diversos Estados, principalmente aqueles com maior prestígio esportivo internacional, celebram os feitos de seus atletas (e ex-atletas), tendo em vista usar tais indivíduos como

“diplomatas públicos”, capazes de promover maior prestígio internacional e fortalecer a reputação estatal (Vanc, 2014. p. 1188-1192.). Ademais, o Brasil utiliza muito dessa estratégia, celebrando esportistas como Ronaldo Nazário (Embaixador da Boa Vontade pela ONU em 2001) e Kaká (embaixador do Programa Mundial de Alimentos (WFP) em 2009), os quais são personalidades com destaque em megaeventos internacionais. Ainda que, tais "diplomatas" não tenham treinamento formal, eles demonstram amplas habilidades de comunicação/influência (global) e uma consciência de missão, que os permitem adentrar na diplomacia oficial e operar com os funcionários do Estado. (Jesus; p. 15-16. 2014). Enfim, tais personalidades, também fomentam um dos elementos da identidade cultural brasileira como de um povo “receptivo” e/ou engajado em causas sociais, conforme esses esportistas se expõem em serviços voluntários (ou como embaixadores) ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Inclusive, esses atletas levam o esporte para dentro dessas ações, e o governo brasileiro se utiliza esses elementos como parte de sua diplomacia pública.

De acordo com a professora Antoaneta Vanc (2014, p.1187), a diplomacia pública pode ser alcançada em três níveis, como a diplomacia dos governos (que tem por objetivo influenciar a visão que organizações e indivíduos têm de um país), a diplomacia interpessoal, e a diplomacia cultural. Este último nível citado, consiste, de maneira geral, na “atuação dos países no âmbito das relações internacionais por meio de ações simbólicas, as quais têm sido utilizadas com os objetivos mais diversos” (Novais, 2020, p.59).

O Estado brasileiro, por exemplo, faz uso do diálogo intercultural como uma ponte diplomática nas suas relações. Dado que um dos principais elementos simbólicos da identidade cultural brasileira reside no esporte, este tem sua imagem nacional demarcada, mais especificamente, pelo futebol.

#### *2.4 O futebol e a identidade cultural brasileira*

Como defendeu o autor Roberto DaMatta (1982, p.28), “o futebol no Brasil pode ser considerado como um instrumento de construção da identidade nacional e de comunicação social”. Tal esporte, realmente foi usado na construção da identidade nacional brasileira, visto que ao assumir o poder, em 1930, Getúlio Vargas propôs o Programa de Reconstrução Nacional, no qual um dos objetivos era utilizar do futebol (juntamente com o samba e a capoeira) como elemento de uma nova identidade nacional (Rosenfield, 1993). Ademais, a fim de incentivar o esporte entre as massas operárias, Vargas criou a profissão do jogador de futebol e instituições organizadoras de eventos, em um claro movimento político e cultural amplo que

visava tanto a disciplina social, como também o desenvolvimento da identidade do país (Kupper, 2018).

Posteriormente, durante o Regime Militar, a alta cúpula de comando sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) utilizou da repercussão da conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira de futebol (Copa do Mundo de 1970) para desenvolver uma identidade nacionalista no país. Assim, na visão dos militares, o título da Copa do Mundo de 1970 seria um meio de propagar para meios doméstico e internacional que o Brasil estava “no caminho certo”, para se tornar uma grande potência (Faria E Soares, 2016).

Conforme as posteriores conquistas da seleção brasileira nas edições da Copa do Mundo de Futebol, incluindo o pentacampeonato em 2002, o esporte passou a estar cada vez mais intrínseco no processo de formação da identidade cultural brasileira. Inclusive, vale afirmar que a identidade nacional se desenvolveu em paralelo ao esporte, mediante a incorporação deste último pelas diversas manifestações culturais, principalmente no campo linguístico (Stein, 2015). A influência da "linguagem do futebol" ultrapassou a esfera das narrações e dos artigos esportivos, e foram incorporadas ao linguajar cotidiano, mediante a crescente paixão e apego do povo brasileiro ao próprio futebol (Ribeiro, 1998). Logo, expressões como "suar a camisa" e "dar o chapéu" jaziam internalizadas (e permanecem até hoje) na sociedade brasileira. Por tais fatos, e diversos outros, o Brasil tornou-se reconhecido internacionalmente como “o país do futebol”.

A propósito, os autores Antonio Jorge Soares e Hugo Lovisolo (2001) ao discorrerem sobre a presença do futebol no Brasil, concluem que: “uma das chaves para a popularização do futebol, está na participação das camadas populares em uma atividade que era, inicialmente, estritamente elitizada” (Reis, 2022, p.38).

Tal identidade cultural evidenciou-se também no decorrer do Governo Lula (2002-2010), no qual o Brasil buscou um papel de maior destaque no cenário internacional, ansiando afirmar-se como potência regional. (Reis, 2022). Para tal, o governo brasileiro buscou parcerias com países em desenvolvimento, atuando de forma mais ativa em operações da Organização das Nações Unidas (ONU) referentes à manutenção da paz, como a ação das forças no Haiti (MINUSTAH) sob comando brasileiro (Biazzi; Franceschi Neto, 2007). Vale aprofundar nesse episódio.

As operações no Haiti ocorreram a partir da renúncia do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, em Fevereiro de 2004, em meio a levantes populares e acusações de violação de direitos humanos e corrupção. Em meio a esses fatos, o cenário do país era de violência e rebelião. Frente a isso, a ONU organizou a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), a qual teve o Brasil como seu principal articulador e visava pacificar o Haiti, através da ajuda humanitária e o desarmamento de grupos rebeldes (Reis, 2022). Conforme aponta Gabriela Verenhitch:

“A participação do Brasil na MINUSTAH pode ser explicada por diversas razões, de caráter objetivo ou subjetivo. Há, portanto, aquelas de cunho material – como a possibilidade de obtenção de um assento permanente no CS/ONU, ou a possibilidade de ganhos financeiros a partir do aprofundamento do vínculo comercial – e outras, abstratas ou imateriais – como o alcance de maior prestígio e fortalecimento do país enquanto liderança regional, ou o exercício da diplomacia solidária (Verenhitch, 2008, p.57).

Além desses pontos, vale destacar que, em 2004, o Brasil atravessava um período de redirecionamento/reconfiguração de suas estratégias de vínculo com a ONU. Dado que, o Estado brasileiro estava a um ano sob a direção do primeiro governo Lula, este visava posicionar o país mais ativamente no cenário internacional, inclusive, em um papel efetivo de articulador de iniciativas multilaterais (Fontoura; Uziel, 2017, p.10). Assim, o Brasil assume o comando da operação (2004-2017).

Conforme a chegada da ajuda humanitária, soldados e armamentos no Haiti, autores como Amazarray e Guimarães (2011) apontam que foram distribuídas nas escolas do país camisetas da seleção brasileira e bolas de futebol. O Estado brasileiro acreditava que a população local possuía uma considerável identificação com a cultura/povo brasileiro, por causa do futebol e da ancestralidade negra. Tal crença ganhou força mediante a fala do primeiro-ministro haitiano Gerard Latortue, para o jornalista Fabiano Maisonnave:

“O Brasil tem boa vantagem. Os haitianos amam o Brasil e amam o futebol brasileiro. Se o Brasil enviasse, com as tropas, dois ou três dos melhores jogadores, essas pessoas poderiam fazer uma promoção pública do Exército brasileiro melhor do que qualquer outra iniciativa brasileira. No caso do desarmamento, é necessário ter a participação da população. Espero que, durante o período, o Brasil organize um ou dois jogos amistosos de futebol. Isso ajudará a aliviar a tensão.”. (Maisonnave, Folha de S. Paulo, 2004).

Em suma, para legitimar e amenizar a hostilidade da população haitiana acerca da operação, o governo brasileiro utilizou-se do prestígio internacional do recém-conquistado pentacampeonato da sua seleção masculina de futebol, na copa do mundo de Futebol de 2002, e propôs a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e os jogadores, a realização de um "Jogo da Paz" com a seleção haitiana. (Amazarray; Guimarães, 2011). Tal evento de fato ocorreu em agosto de 2004, e cumpriu com o seu papel.

Dessa forma, é visível que a política externa brasileira fez uso da diplomacia esportiva ao propor uma iniciativa alinhada para com sua própria identidade cultural, mediante a utilização do “futebol” nacional como soft power, em detrimento de uma ação integralmente militar para alcançar seus objetivos. Ademais, tal ação ocorreu graças ao crédito conquistado pelo futebol brasileiro nas edições de megaeventos. Logo, o caso brasileiro pode ser considerado um exemplo claro da capacidade que as conquistas nos megaeventos esportivos têm tanto de somar as intenções políticas no meio doméstico quanto de potencializar a identidade cultural para o meio internacional.

### *2.5 A politização dos megaeventos esportivos*

De fato, os megaeventos são exemplos claros da relação entre esporte e política. Consistem em mais do que apenas eventos esportivos, dado que abrangem maior número de participantes internacionais, e exigem organização e cobertura midiática especializada de considerável amplitude. Nas palavras de Koorep (2016, p.10), "são fenômenos culturais, econômicos e políticos". Dessa forma, é válido neste trabalho abordar sobre a origem dos dois megaeventos esportivos internacionais: os Jogos Olímpicos de Verão e a Copa do Mundo de Futebol da FIFA.

Com origem na Grécia Antiga, os Jogos Olímpicos da antiguidade eram mais do que disputa por medalhas e pódios, mas consistiam em "festivais sagrados, nos quais os atletas competiam para servir aos deuses" (Helal, 1990, p. 35). Assim, é visível que a ligação entre esporte e cultura remonta desde os primórdios da civilização humana. Inclusive, conforme o decorrer dos séculos e as relações interculturais, tais jogos sofreram mudanças não apenas nas modalidades e regras, mas também em simbologia e significado.

Os Jogos Olímpicos modernos, advém das reformulações pelo Barão de Coubertin, dado que este, de acordo com Vasconcelos (2008):

"[foi inspirado] pelas teorias do pedagogo inglês Thomas Arnold, que confiava ser possível evitar o envolvimento dos jovens com reformas sociais através da prática intensa de exercícios físicos. Para Pierre de Fredi, Barão de Coubertin, manifestações olímpicas internacionais, consolidariam a harmonia e evitariam a guerra na Europa, previsível no fim do século XIX (Vasconcelos, 2008, p. 56).

Logo, em junho de 1892, na cidade de Paris, Coubertin propôs a ideia da celebração de uma competição nos moldes dos Jogos Olímpicos gregos, mas com caráter internacional, no qual a cada quatro anos, os participantes estariam vinculados a representações nacionais (Rubio, 2010). Inclusive, durante o 5º aniversário da União das Sociedades Francesas de Esportes Atléticos (USFSA), na qual Coubertin fora homenageado como paraninfo, o próprio expressou: “É preciso internacionalizar o esporte [...] organizar novos Jogos Olímpicos” (López, 1992,p.21). Vale destacar ainda que, alguns autores como Pierre Bourdieu (1983) apontam que o ideal olímpico de Coubertin consistia no Movimento Olímpico como apolítico, supranacional e suprapartidário.

Assim, em 1894, foi criado o Comitê Olímpico Internacional (COI), tendo Pierre de Coubertin como secretário geral. A organização tem por finalidade desenvolver o Movimento Olímpico Internacional, selecionando locais sede a cada quatro anos para a realização dos jogos modernos. Enfim, a primeira edição ocorreu dois anos depois na cidade grega de Atenas, em 1896. Contudo, de acordo com Girginov e Parry (2005), a organização das primeiras edições (1896, 1900 e 1904) não foram de grande destaque, visto que poucos compreendiam a ideia e/ou legado do evento que estavam participando, fato explícito no menor público e alguns atletas. Diante da fragilidade do Movimento Olímpico, o COI propôs uma abordagem diferente no Jogos de Estocolmo (1912), visto que o órgão passou a trabalhar com antecedência na arrecadação de fundos e adequações, ação que conforme os anos fortaleceu o movimento frente às rivalidades política e ideológicas em ascensão no continente europeu (Rubio, 2010).

Devido a emergência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Jogos não ocorreram. Tal fato, destaca a diferença entre o Jogos da antiguidade e os modernos, dado que os primeiros ocorreram como um “momento de trégua” dos conflitos gregos, enquanto os modernos foram interrompidos ao longo dos 110 anos de competições por duas guerras mundiais e boicotes. Porém, é válido que como poucos eventos internacionais, tais jogos sobreviveram ao período

entre-guerras (1918-1939). Ademais, a edição de 1936, realizada na Alemanha sob governo nazista, consiste em um exemplo importante de instrumentalização dos Jogos.

“Os nazistas consideravam a Olimpíada um 'infame festival promovido pelos judeus' [...] Porém, Hitler deu-se conta do imenso potencial de propaganda dos jogos e mudou de ideia. Estava ali a oportunidade de mostrar ao mundo as maravilhas da nova Alemanha nacional-socialista. ‘Em 1936 recebermos todos os povos da Terra mostraremos a eles de quanto é capaz o povo alemão’, dizia Joseph Paul Goebbels, o poderoso ministro da Propaganda do Terceiro Reich (Cardoso, 1996, p.94).

Assim, consciente do amplo alcance da competição, tal foi instrumentalizada pelo ministro Goebbels. De fato, por um breve momento, o Ocidente considerou os Alemães apenas como um povo rigidamente organizado, dado às estruturas do evento. Aliás, não há dúvida de que os Jogos de Berlin foram um sucesso de organização, público e rentabilidade (Rubio, 2010).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as modalidades esportivas “assumiram um significado social e um valor simbólico bem [mais] forte” (Murad, 2009 Apud Martins, 2016, P.7). De tal maneira que, conforme o desenvolvimento da Guerra Fria (1957-1989) o Movimento Olímpico aos poucos, não conseguiu sustentar seu caráter apolítico e apartidário, sofrendo boicotes tanto norte-americanos (Moscou, 1980) quanto soviéticos (Los Angeles, 1984), além de ambos os Estados usarem dos jogos como meio de demonstração de poder político e força social (Rubio, 2010). A partir dessa manipulação, torna-se visível o potencial dos próprios eventos como fonte de soft power, fato que tornou-se comum a partir do crescimento e “profissionalização” do movimento no fim do Século XX.

Neste mesmo período, os Jogos Olímpicos já eram vistos como megaeventos, visto que o número de comitês participantes aumentou consideravelmente de 169 (Barcelona, 1992) para 199 (Sidney, 2000). Logo, as olimpíadas tornaram-se eventos que requisitavam cada vez mais investimentos para serem realizados, principalmente por parte dos governos, que desde 1984 já contavam com investimentos de setores privados (C, 1996). Dessa forma, mediante ao crescimentos de tais investimentos, os Jogos Olímpicos passaram a deter um caráter mais comercializado, profissional e politizado, que não limitou-se apenas ao evento, mas estendeu-se aos atletas.

Considerando a brevidade de suas carreiras, os atletas modernos buscam maximizar as capacidades do corpo para manter desempenhos constantes e em alto nível, demonstrando uma interdependência de seus rendimentos (GARCIA FERRANDO, LATIESA RODRÍGUEZ & DURÁ GONZÁLEZ, 1998). Tal comportamento justifica-se no cenário esportivo atual, no qual para permanecerem em suas profissões, campeões do esporte (e a “imagem” deles) são transformados em mercadorias comercializadas e valorizadas conforme seus feitos (dentro e fora da competição) (RUBIO, 2002; SILVA & RUBIO, 2003; THOMAS, HAUMONT & LEVET, 1988). Em suma, o atleta (ou ex-atleta) deixa de ser apenas vinculado às vitórias esportivas, mas passa a ser relacionado com marcas e produtos que buscam serem associados aos campeões, e conseqüentemente, aos eventos dos quais eles participaram. Não se trata apenas de comercialização do esporte, mas também de politização, vide novamente os casos de Ronaldo e Kaká, como exemplos. Ambos, foram chamados para assumirem cargos na ONU.

Enfim, os Jogos Olímpicos modernos tornaram-se megaeventos e, tal como apontou John Nauright (2004, p. 1331), “sempre foram muito mais do que competições atléticas [...] Como resultado, muitas vezes parece que as Olimpíadas foram frequentemente politizadas e sujeitas a excessos comerciais”. Considera-se que tal evento foi politizado, mediante a maneira que os Estados passaram a utilizar dele. De acordo com Koorep (2016), os megaeventos esportivos se tornaram reféns das aspirações políticas, escondendo objetivos geopolíticos das nações anfitriãs dos Jogos. De fato isso ocorre, principalmente no caso dos países emergentes como o Brasil, porém isso ainda será abordado no decorrer deste trabalho. Logo, tal condição também é visível em outras competições internacionais, como por exemplo a Copa do Mundo de Futebol.

Ainda que, a principal competição da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) detenha um histórico diferente dos Jogos Olímpicos, inclusive sendo mais recente (1930), a trajetória de crescimento em público, relevância e efetividade apresenta similaridades. Portanto, vale destacar a geopolítica presente em ambos os megaeventos, dado que, a maioria das edições foram sediadas em países desenvolvidos e ocidentais. Porém, tal como Millington e Darrel (2014) apontam há uma tendência recente das sedes serem concedidas a países do "Sul Global", tendo em vista que, tais Estados em desenvolvimento consideram benéficos tal abertura como estratégia de maior visibilidade internacional.

Inclusive, Westhuizen (2021) ao comparar a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul e a sediada no Brasil (2014), aponta que tais megaeventos contribuíram para a legitimidade e visibilidade global de ambos os países perante o público doméstico. No caso da África do Sul,

primeiro país africano (e único até o momento) a sediar um megaevento esportivo, o episódio marcou o período de “fundação daquela nação”, atraindo investimentos externos e promovendo grandes obras de infraestrutura. Já no caso brasileiro, o período como sede do evento foi marcado por crise econômica, instabilidades políticas, além do atraso de obras requisitadas ao anfitrião, e as pressões da opinião pública nacional e internacional. Contudo, nem o povo sul-africano nem o brasileiro consideraram, de fato, as Copas do Mundo como “sucessos econômicos” (Westhuizen, 2021).

### **3. CAPÍTULO: O CENÁRIO DOMÉSTICO BRASILEIRO**

A compreensão do cenário político brasileiro é essencial para o real entendimento das expectativas do Estado ao sediar os megaeventos em 2014 e 2016. Para tal, utiliza-se publicações bibliográficas produzidas durante o período em que tais eventos ocorreram, visto que estas promovem uma visão mais ampla do posicionamento dos grupos brasileiros, a qual é devidamente aprofundada pelas análises realizadas nos anos posteriores. Tal capítulo, visa analisar, desde as motivações do Governo Lula (2003-2010) às candidaturas até a gestão político-econômica do Governo Dilma (2011-2016), diante dos movimentos públicos internos e opiniões externas. Em suma, vale o olhar neste capítulo para a maneira como os megaeventos se enquadram no cenário doméstico brasileiro, visto que, marcaram um período complexo cujos efeitos são ainda notáveis.

#### *3.1 Ambição Internacional*

No decorrer do 2º mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo brasileiro encontrou-se em um cenário internacional multilateral complexo, porém vantajoso em diversas áreas. Dado que, o sistema perspassava mudanças estruturais significativas, nas quais o Brasil posicionou-se como líder regional, mediante uma política externa mais ativa. (Vigevani & Cepaluni, 2007; Soares de Lima & Hirst, 2006).

No setor econômico, a política brasileira foi marcada por uma internacionalização econômica, na qual, o país experimentou um crescimento econômico, com consideráveis superávits, mediante a elevação do preço e do consumo das commodities, exportadas pelos países emergentes (Cervo, 2011). Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Brasil teve um superávit de US\$40 bilhões em 2007, e no ano seguinte, as exportações atingiram 197, 9 bilhões de dólares (Brasil, 2016). Ou seja, o Brasil experimentou uma fase de crescimento liderado pela demanda, inicialmente pelas exportações e, posteriormente pela demanda do meio doméstico (Gentil, D., & Hermann, 2017), resultando na atração de investimentos ao país, e o investimento do Brasil em países vizinhos. Tais fatos resultaram no aumento do PIB, e com o Brasil ocupando o posto de 7ª maior economia do mundo entre 2010 e 2014 (Brasil, 2024). No plano doméstico, de acordo com Bastos (2017), “tendo provado o trago amargo da austeridade [advinda do governo FHC], o governo Lula restaurara a confiança na solvência do Estado que os investidores precisavam para que o país voltasse a crescer”.

Aliás, considerando a atuação da política externa brasileira, vale pontuar como ela foi marcada pela sua altivez, conforme a aproximação geopolítica do país para com os Estados emergentes do “Sul-global” (China e países latinos). A diplomacia brasileira, sob comando de Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, foi caracterizada pela denominada “cooperação Sul-Sul” (Bastos, 2012), em um período de crescente integração comercial e regional entre os atores internacionais. Além disso, a diplomacia brasileira também mostrou-se ativa ao participar da organização do Mercosul (Mercado Comum do Sul), lançar-se diante dos “grandes globais” com a iniciativa do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) (atual BRICS), comandar as operações de estabilização no Haiti (MINUSTAH), e ao fortalecer relações com países africanos e árabes (Cervo, 2011). Tais movimentos tinham como foco a reforma do Conselho de Segurança da ONU, pois o governo brasileiro apontava à falta de representatividade e eficácia do grupo, diante dos conflitos e desafios do século XXI.

Em suma, conforme o envolvimento mais efetivo do Brasil nas questões regionais e internacionais, tornou-se visível que ações como a liderança da MINUSTAH, o apoio governamental às multinacionais, e o posicionamento como liderança regional, eram partes da campanha brasileira, em uma posição de “global player”, por um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (Valença; Carvalho, 2014).

Inclusive, tal cenário também foi marcado pelo uso da denominada “diplomacia da bola”, na qual o Brasil utilizou-se da diplomacia esportiva do futebol, após o supracitado “Jogo da paz” (2004), para candidatar-se à sediar os Jogos Panamericanos (e Parapanamericanos) de 2007. Tal evento de fato ocorreu com êxito, e contribuiu para o Ministério das Relações Exteriores ao permitir o contato com personalidades olímpicas, bem como estreitamento de relações para com o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o governo estadual do Rio de Janeiro (Menezes, 2018). Somado a isso, a realização da Conferência Global de Desenvolvimento Sustentável Rio +20 (2012) na cidade do Rio de Janeiro, fortaleceu a ideia do Brasil sediar a Copa do Mundo em 2014 (Grix; Lee, 2013), além de motivar o COB a apresentar a candidatura da “cidade maravilhosa” como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 ao COI (Resende, 2010). Porém, tais eventos só vieram a ocorrer no governo seguinte, ainda sob a mesma justificativa que guiou as candidaturas, de acordo com Vasconcelos (2011):

“A condição de sede de Jogos Olímpicos resulta altamente produtiva para o país anfitrião, visto que suscita novas oportunidades de investimento, exportações, ampla divulgação na mídia internacional e prestigiosa repercussão do evento, considerado uma combinação de esporte, cultura e meio ambiente”. (VASCONCELLOS, 2011, p. 182).

Posteriormente a escolha do país como sede em 2007, o Estado brasileiro posicionou-se, para 2014, como um ente consorciado da FIFA na organização do evento. Mediante o discurso brasileiro, cujo as pautas eram unidade, integração e a miscigenação presente no país, acreditava-se de fato que o megaevento agregaria diversos benefícios ao país, principalmente soft power para um maior nível de protagonismo internacional (Sander Damo, 2020). Contudo, dado ao emergir da crise financeira de 2008, e demais questões, o governo brasileiro sofreu para cumprir com o compromisso de sediar tanto a Copa do Mundo quanto os Jogos Olímpicos.

### *3.2 O cenário nacional e a Copa do Mundo de 2014*

O governo de Dilma Rousseff iniciou-se, a partir de 2010, em um contexto em que a economia se recuperava das consequências da crise financeira global de 2008. Assim, ocorreu uma mudança na postura da política externa brasileira. A gestão de Lula teve como foco a integração/relacionamento com países sul-americanos, por meio de uma forte diplomacia presidencial, cujas bases estavam na concertação política e no tratamento de temas para além do

tradicionalismo da integração econômica-comercial. Já na política externa da gestão de Rousseff, a América do Sul deixou de ser prioridade, visto que o governo priorizou mais questões do meio doméstico. Ademais, observa-se que a diplomacia presidencial perdeu consideravelmente força, e uma perda progressiva de prestígio em relação ao Governo Lula. Para compreender melhor o cenário brasileiro na época, vale uma breve explanação da política fiscal do governo, simultaneamente ao apontamento do cenário em que os megaeventos ocorreram.

Conclui-se que Dilma tinha como projeto econômico de governo, utilizar da eliminação/diminuição do rentismo com a dívida pública como um meio sistemático de acumular capital, e forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura. Tal projeção demonstrava-se arriscada, visto que poderia questionar o poder estrutural do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio, rompendo o pacto conservador firmado no governo anterior (Bastos, 2012). Assim, o Estado em acordo com o setor privado buscou implementar a denominada “nova matriz Econômica”, porém, de acordo com Gentil e Hermann (2017):

“Os anos 2011-14 [primeiro governo Dilma] marcam uma fase de desaceleração da economia brasileira, a despeito da aparente manutenção do modelo de política econômica desenvolvimentista que sustentou o crescimento e enfrentou a crise internacional durante o período 2004-10. Tornou-se dominante, desde então, a interpretação de que esse quadro evidenciava o esgotamento do modelo desenvolvimentista, sobretudo na área fiscal: as mesmas estratégias de expansão do gasto público e de desonerações tributárias que estimularam o crescimento a partir de 2004 não produziam mais este efeito.[...] Conclui-se que esta foi apenas aparentemente expansionista, colaborando, na prática, para a desaceleração econômica. Não se trata, portanto, de ineficácia da política fiscal, mas sim de sua inadequação ao cenário de incerteza do período 2011-14, que exigia do governo uma postura menos conservadora.(Gentil; Hermann, 2017, p.2).

No segundo mandato (2015-2016), tal situação econômica até aquele momento estava estável, mas já adentrando gradativamente em recessão (Bastos, 2012). O governo brasileiro prosseguiu com o desmonte gradual das medidas econômicas da nova matriz, e incorreu no custo político de execução da agenda conservadora e empresarial. Porém, as ações de contração fiscal não foram acompanhadas pelo mesmo nível de apoio da parcela empresarial. Logo, o

governo perdeu lucratividade, criando um cenário de insatisfação de empresários, descontentamento da população e de uma parcela da base de apoio do Partido dos Trabalhadores, partido da presidente (Bastos, 2017). Ainda assim, o Estado brasileiro permanecia na busca por honrar a oportunidade conquistada de sediar não apenas um, mas dois megaeventos.

Em suma, a economia brasileira passou a crescer menos, por conta de variáveis exógenas e endógenas. No que se refere às circunstâncias advindas do cenário internacional, podem ser citadas como as principais: a abrupta mudança no ritmo de crescimento da China (FANG, 2009), o esfriamento do superciclo de commodities, e a recuperação do sistema econômico mundial pós-crise de 2008 (Manzi, 2016). Já, as variáveis endógenas consistem na insuficiência das medidas econômicas adotadas, dificuldade no cumprimento dos requisitos para sediar o principal megaevento do futebol, e os crescentes indícios de corrupção no governo.

As suspeitas de corrupção no país culminaram na “Operação Lava-Jato”(2014-2021), uma das maiores investigações realizadas no país. Ao todo, concluiu-se que foram cumpridos mais de mil mandados de busca e apreensão, além da prisão preventiva/temporária de políticos e empresários envolvidos em mega esquemas corruptos entre partidos, empresas públicas e privadas, incluindo a maior estatal do país, Petrobras (Projeto Comprova, 2022). Tal operação (apoiada pelo governo), minou gradativamente os arranjos políticos que sustentavam a governabilidade, neutralizou a camada empresarial de apoio, e colaborou para o crescimento da oposição ao governo. Como resultado, a gestão Dilma Rousseff perdeu popularidade, fato que somada às questões econômicas e sociais, culminaram no processo de impeachment da presidente em 2016. (Bastos, 2017).

Em suma, durante esse período em questão, o cenário político brasileiro foi marcado pelas manifestações populares nas principais capitais (conhecidas como Jornadas de Junho), investigações de parlamentares suspeitos de esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro (operação Lava-Jato), entre outras questões internas. Tais manifestações por bens públicos e direitos autorais, estão ligadas a Copa das Confederações de 2013, sediada no país como evento preparatório para a Copa do Mundo de 2014 (Sander Damo, 2020).

### *3.3 Padrão Fifa e o impacto no cenário doméstico*

Diante do horizonte político e social brasileiro, a Fifa, por meio da sua diplomacia especializada, exigiu do governo brasileiro diversas condições para que o megaevento ocorresse, com destaque para a denominada “Lei Geral da Copa” (e a reforma/adaptação dos estádios. Tal lei previa:

a) a criação de regras para entrada e saída de pessoas e obtenção de vistos de trabalho; b) a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante as partidas deveria ser negociada pela FIFA com cada estado; c) a previsão de que a União responderia pelos danos que causasse por ação ou omissão à FIFA – se os danos fossem causados por terceiros, a União indenizaria a FIFA e poderia cobrar essa indenização daqueles que causaram o dano; d) a União teria de colaborar com estados, municípios e Distrito Federal no sentido de assegurar à FIFA a exclusividade para divulgar marcas e distribuir, vender ou fazer propaganda de produtos e serviços nas imediações dos jogos; e) fixação de penas de detenção e multa para situações de violação dos direitos comerciais da FIFA sobre as competições: reproduzir ou imitar os símbolos oficiais, bem como expor marcas ou produtos, sem autorização da FIFA nos eventos teria detenção de três meses a um ano. (Brasil, 2012).

Conforme analisa-se tais imposições, torna-se visível o abuso da organização sobre o Estado brasileiro. De acordo com Winter (2022, p. 62): “Pelo menos dois pontos podem ser considerados ilegítimos: a exploração de direitos comerciais e a isenção de custas judiciais para a FIFA, porque relativizam direitos adquiridos”.

Vale neste trabalho a citação da Lei Antiterrorismo ()que, embora tenha sido aprovada dois anos após o megaevento, a sua proposta foi discutida desde 2013, influenciada pelo número de pessoas em protesto nas entradas e arquibancadas dos estádios. Ainda sim, foi percebida como eficaz dentro do período em que o país sediou os XXXI Jogos Olímpicos de Verão no Rio de Janeiro.

Dadas as devidas exigências contratuais para com a FIFA, o Estado brasileiro investiu considerável parcela dos recursos públicos em reformas/construções de estádios, além do desenvolvimento de estruturas de mobilidade, segurança, hospedagem e conexão no denominado “Padrão FIFA”. Estima-se que o gasto total com o megaevento tenha sido aproximadamente R\$26 bilhões (Brandão, 2014). Logo, o país buscou cumprir com tais demandas temendo perder as benesses do mantra marqueteiro veiculado sob o rótulo de soft power (Almeida; Gutierrez, 2018). Inclusive, o governo buscou o auxílio de financiamentos (e

não doações) do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), porém parte desses recursos foram acessados por agente privados (empreiteiras com ligações com os clubes nacionais) e entidades públicas (governos estaduais) (Sander Damo, 2020).

Os veículos midiáticos nacionais e internacionais, já exploravam a questão dos “gastos”, e deflagraram o impacto desses investimentos, inclusive comparando com outras copas (Costas, 2013). Atualmente, mediante as investigações da “Operação Lava-jato” e delações de ex-executivos, reside no conhecimento público que, de fato, tais “acessos” contribuíram como meios de corrupção no país, visto que nove dos doze estádios estavam envolvidos em propinas e “caixa 2” (Leite, 2017). Tais questões motivaram as manifestações de junho (2013), que embora contasse com inúmeras reivindicações, foram influenciadas pelas movimentações esportivas.

Ademais, durante os preparativos para a Copa de 2014, o ex-jogador, embaixador da Boa Vontade (PNUD) das Nações Unidas, e integrante do comitê organizador do megaevento (Nunes, 2011), Ronaldo Nazário, quando questionado sobre o cenário brasileiro de manifestações afirmou: "sem estádio não faz Copa do Mundo amigo, não faz Copa do Mundo com hospital, tem que fazer estádio, senão não tem Copa do Mundo, também" (Bellinaso, 2015). Logo, tal fala não apenas mostrou o posicionamento do jogador para com os interesses da FIFA, como também alimentou ainda mais as manifestações populares, inclusive aquelas iniciadas às vésperas do início da copa, contra a própria realização do evento, tal como estampava a primeira página do jornal El País: “Por que o Brasil está contra a Copa?” (Arias, 2014).

Inclusive, a cerimônia de abertura da Copa das Confederações (2013), em Brasília, foi marcada pelas vaias do público espectador durante os discursos do presidente da FIFA, Joseph Blatter, e até então, a presidente Dilma Rousseff. Tal ação, não foi o único protesto dentro dos estádios, visto que frequentemente nas transmissões avistava-se em meio às arquibancadas cartazes expondo o descontentamento de parcela da população brasileira. (Lozetti, Canônico, 2013).

Em Junho de 2014, quando o megaevento começou, tinha -se como cenário: a economia já em estado de recessão, a popularidade do governo em queda e pouco mais da metade das obras (exigidas pela FIFA) entregues pelo Estado (Monteiro, Gallo, 2014). Mais especificamente, os governos (dos 12 estados/cidades sede) consideraram 82 projetos relacionados ao evento,

porém somente 44 projetos foram aprovados. Destes, de acordo com a BBC Brasil, apenas 24 obras foram entregues, um ano após o evento (Mendonça, 2015). A propósito, os estádios levantados nas cidade com pouca demanda pelo futebol, no qual os times regionais jogam a série D do campeonato nacional, dependeram de recurso público e sofreram com défices operacionais (Almeida, 2016; Segalla, 2015) De fato, mesmo com o atraso das obras, e a opinião pública negativa, o governo brasileiro permanecia convencido dos resultados benéficos que o megaevento traria para a política externa e sociedade do país.

Conforme o decorrer dos Jogos, a seleção brasileira alcançou a semifinal, porém acabou sendo eliminada pela seleção alemã em um placar humilhante de 7 a 1. De acordo com Chari (2015), tal perda afetou o soft power brasileiro, pois “minou” a imagem nacional no exterior, dado que a identidade de “país do futebol” perdeu credibilidade. Ademais, ao analisar os artigos de quatro jornais estrangeiros relacionados ao evento, Chari (2015) notou o retorno de destaque a temas como: corrupção, pobreza, violência, desigualdade social e crime.

Em suma, a Copa do Mundo de 2014 mostrou a vulnerabilidade de um país que teve dificuldade tanto em organizar o megaevento, quanto em ter uma seleção exitosa diante dos compatriotas (Reis, 2023). Embora a política externa do Governo Dilma tenha focado mais nas questões internas, e a diplomacia tradicional tenha retrocedido, vale dizer que o governo brasileiro seguia confiante na diplomacia esportiva. Em um primeiro momento, buscou exercê-la com o futebol, e posteriormente, o Estado focou nos Jogos Olímpicos para 2016.

### *3.4 Padrão COI e pós Rio 2016*

A candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, já era parte da agenda de política externa do Brasil. Tal como a Copa do Mundo de 2014, tal candidatura visava reforçar/estabelecer relações multilaterais para tornar visível a postura brasileira como líder regional na América do Sul, em constante crescimento econômico e político (Almeida, 2016). Entre os argumentos que fortaleceram tal movimento, destacou-se a oportunidade de o Brasil ser o primeiro país da América do Sul a sediar o megaevento olímpico, além dos benefícios para a cidade do Rio de Janeiro (Sumário Executivo v.1, 2009).

Para a realização de tal evento se fez necessário o uso de recursos públicos das esferas locais e nacionais para a construção das arenas e demais infraestruturas das competições (Almeida et. al, 2013). Tendo em vista que, as supracitadas Jornadas de junho (2013),

ocorreram justamente por conta da insatisfação popular com os gastos públicos em tais obras, conclui-se que assim como a Copa do Mundo, as obras dos Jogos Olímpicos também foram alvos da opinião pública. Ademais, de acordo com a BBC Brasil, o estado do Rio de Janeiro em 2016, apresentava um déficit de R\$3 bilhões nos serviços de saúde, possível fruto da má gestão dos gastos demandados no megaevento (Puff, 2016).

Assim como ocorreu em Barcelona (1992), o COI propôs a urbanização de áreas da cidade do Rio de Janeiro, e a governos estadual e federal cederam, visto que a ação poderia acelerar mudanças territoriais na cidade (Vainer, 2014). Porém, tais processos afetaram diretamente as populações residentes em tais áreas, visto que ocorreu a desapropriação de famílias economicamente desfavorecidas em sua maioria. Assim, de acordo com Sánchez e Broudehoux (2013), a prefeitura do Rio de Janeiro, sob justificativa do “senso de urgência” para cumprir o inadiáveis prazos do megaevento, desapropriou cerca de 77 mil pessoas (Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro, 2013). Além disso, a urbanização realizada nas áreas que cercavam os estádios e arenas consistiu em um processo de “aburguesamento” na criação de “espaços elitizados”, para alguns autores uma “limpeza social e étnica” (Vainer 2014, p.73).

Vale destacar que a desapropriação não foi um movimento exclusivo do processo de adaptação para os Jogos Olímpicos, visto que, antes da Copa do Mundo de 2014, conforme a remodelação de áreas como o distrito de Itaquera, localizado na zona leste da capital paulista, o custo de vida aumentou e forçou famílias a migrarem. De acordo com Ermínia Maricato (2014), ao discorrer sobre a relação entre megaeventos e desigualdade urbana, ela conclui que:

“elas [as exigências de organizações como a FIFA e o COI] impactam profundamente o contexto jurídico, econômico, social e urbanístico dos países-sede, de forma a definir os padrões para os projetos e obras, os contratos comerciais para a veiculação das imagens e os produtos a serem vendidos, de acordo com os patrocinadores. (MARICATO, 2014, p. 17).”.

No que se refere aos investimentos aos Jogos Olímpicos de 2016, eles não se restringem à cidade do Rio de Janeiro, e somam mais de R\$40 bilhões (FILIPO, 2017) sendo deste R\$21,52 bilhões oriundos de cofres públicos (Kaulino,Juppa, Dilascio e Motta, 2024) . De acordo com Almeida (2016, p.75):

Na cidade, os locais específicos para os Jogos Olímpicos têm a indicação de servirem como áreas de lazer – algumas áreas do Parque Olímpico e de Deodoro – e como locais de treinamento de alto rendimento e para sediar eventos esportivos nacionais e internacionais: Barra da Tijuca: Parque Aquático Maria Lenk, Centro Olímpico de Tênis, Arena Carioca, Velódromo Olímpico e Campo Olímpico de Golfe; Deodoro: Arena da Juventude, Centro Nacional de Hipismo, Centro Nacional de Tiro Esportivo, Centro Aquático de Pentatlo Moderno, Centro Nacional de Hóquei sobre a grama, Centro Olímpico de BMX, Lagoa Rodrigo de Freitas. Algumas instalações multiuso serão aproveitadas durante os Jogos e continuarão servindo também para eventos não esportivos, como a Arena Olímpica do Rio e o Riocentro. As instalações temporárias são o Estádio e a estrutura ao redor do Forte de Copacabana, que serão desmontadas (Brasil 2016, 2016) [...] Existem ainda instalações de propriedade e/ou direito de uso privado, como as instalações na Marina da Glória, o Estádio Olímpico João Havelange, o Estádio do Maracanã, o Ginásio do Maracanãzinho e o Sambódromo, em que não há a indicação de suas finalidades e usos futuros (Brasil 2016).

O governo justificou os investimentos nas construções, afirmando que tais áreas serviriam como espaços de lazer, eventos e treinamentos. De fato, atualmente grande parte das estruturas construídas no parque olímpico (Barra da Tijuca, Rio de Janeiro) estão sob responsabilidade do governo federal (Ministério do Esporte) ou da prefeitura do Rio de Janeiro. Há exceções como a arena carioca III, que tornou-se uma escola, e o caso dos prédios IBC e MBC, que já eram de posse privada, e servem hoje como depósito de eventos musicais. Em suma, quase todas as instalações abertas, principalmente as praças e parques, estão disponíveis para uso público (Kaulino, Juppá, Dilascio e Motta, 2024). Porém, algumas estruturas têm dificuldade para permanecerem úteis, apresentando-se como gastos de manutenção, e progressivamente sendo consideradas como “elefantes brancos” consequentes.

Para encerrar este capítulo, vale citar o artigo de Bettine, Gutierrez e Graeff (2018). Os autores realizaram uma seleção das reportagens dos nove jornais internacionais mais acessados no período entre 2014 e 2016. Por meio de tais reportagens, acerca dos megaeventos realizados no Brasil, o artigo aborda a temática dos megaeventos e os frutos do Soft power brasileiro. A maioria dos jornais reportou uma quebra de expectativa para com a copa do mundo, visto que internacionalmente não esperavam que os eventos ocorressem. Por exemplo, de acordo com o norte-americano The New York Times:

Os estádios não estariam prontos a tempo. Violentos protestos de rua ameaçariam os fãs e os políticos. As greves nos aeroportos e no metrô atrapalhariam dezenas de milhares de visitantes. Estas, e outras previsões que lembravam o dia do juízo final, eram preocupações perpétuas nos dias que antecederam a Copa do Mundo no Brasil. Mas depois de quase uma semana de jogos, a situação no maior país da América do Sul não é sombria. Para os adeptos que gostam de locais atraentes, resultados surpreendentes e futebol elegante, este torneio, até agora, foi um sucesso incrível. Os jogos são apaixonantes e o drama foi perfeito para televisão (BORDER, 2014) (tn).

Contudo, no caso dos Jogos Olímpicos a postura dos veículos de notícias mostrou-se divergente, e mais crítica. A maioria apontava os erros e inadimplências das estruturas tais como: a falta de infraestrutura básica para os atletas, erro no sistema de drenagem nas pista de atletismo, entre outros. Além disso, não ignoraram o cenário político e social do país, com as manifestações populares, violência urbana na capital fluminense, denúncias de corrupção, índices de desigualdade social. Tal como foi publicado no jornal inglês Daily Mail:

“Este é o país nos ensinando as mudanças climáticas? O Brasil tenta ensinar ao mundo uma lição, apesar da água horrivelmente poluída e do desmatamento da Amazônia. As Olimpíadas do Rio começaram com uma atmosfera de festa na sexta-feira, mas [a abertura] foi apontada como hipócrita”. (PLEASANCE, 2016).

Ou ainda, como escreveu o The Guardian:

“A polícia militar e civil do Rio de Janeiro realmente é a mais violenta do mundo? Essa é a conclusão de estudos separados divulgados pela Anistia Internacional e pela Human Rights Watch no início deste ano. Eles acusam as forças policiais do Rio de Janeiro de torturar rotineiramente e matar cidadãos - especialmente jovens negros - durante a prisão. Eles também dizem que o problema está ficando muito pior à medida que as Olimpíadas se aproximam” (MUGGAH, 2016) (tn).

De fato, o cenário político brasileiro não colaborava para visões mais positivas, visto que poucos meses antes do início dos Jogos, a presidente do país já estava dentro de um processo investigativo, sendo inclusive, afastada do cargo em agosto, próximo a data do início do megaevento olímpico ( Brasil, 2016).

Ademais, é válida a reflexão acerca das causas dessa mudança de postura da imprensa internacional em um intervalo de dois anos. Os autores do artigo, enumeram algumas hipóteses, relacionadas a concentração do evento em apenas um lugar. Porém, neste trabalho vale a perspectiva baseada em Chari (2015) que, como já supracitado, verificou nos mesmos jornais que ocorreu o resgate de temas como: corrupção, pobreza, violência, desigualdade social e crime, a partir da queda da seleção brasileira de futebol na Copa de 2014. Assim, é interessante o modo como as páginas de tais mídias abordam tais elementos, manipulando e expondo a imagem do Brasil como ainda periférico, com debilidades políticas e sociais visíveis. De tal forma, que apontam a capacidade do país em sediar um evento futebolístico como surpreendente, porém, que também acusam as dificuldades deste em receber um megaevento de diversas modalidades.

## **Considerações Finais**

Considerando que a proposta dessa pesquisa reside em analisar as motivações que conduziram o Brasil a sediar a Copa do Mundo de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016, bem como os impactos de tais megaeventos nos setores domésticos brasileiros. Pode-se concluir que, o Estado brasileiro visava ampliar sua projeção internacional, de forma a ocupar uma posição de “global player”, e fortalecer a sua identidade como liderança regional e “país do futebol”.

Assim, para cumprir com tais objetivos, o Estado brasileiro fez uso do esporte, principalmente o futebol, como instrumento de soft power. Dado que, tal modalidade esportiva consiste intrínseca à identidade cultural brasileira, o Governo Lula (2003-2010) soube utilizar deste como um meio de destacar o país no cenário internacional.

As candidaturas para sediar os dois principais megaeventos esportivos consistiram movimentos ousados do governo brasileiro, porém compreensíveis, dado que o país ansiava por um assento na CSNU, e vivia um cenário de crescimento econômico e politicamente estável para tal. Porém, conforme as mudanças no cenário internacional pós-crise de 2008, as alterações na política fiscal brasileira, as exigências contratuais para com as organizações esportivas, a emergência de manifestações populares, entre outras casualidades, colocaram em dúvida a capacidade do Estado brasileiro sediar tais eventos.

Inclusive, conforme a análise do histórico e significado dos megaeventos esportivos, principalmente os Jogos Olímpicos, é visível que, conforme o crescimento desses em influência, público e abrangência de nações participantes, tais eventos foram gradativamente sendo politizados, manipulados e expondo um caráter mais comercial. Logo, tais mudanças não apenas os distanciam da visão de Coubertin, mas também encareceram a realização dos próprios eventos, requisitando de países como o Brasil organizações física, financeira e política para que tais megaeventos ocorram (Vasconcellos, 2011).

Em suma, sediar os megaeventos de fato impactou o cenário doméstico brasileiro. Dado que, embora o Estado visa-se a projeção positiva da imagem do Brasil (soft power) no sistema internacional, bem como sustentar a identidade no meio externo como país do futebol e/ou “país que valoriza o esporte”, este teve como resultado a exposição das vulnerabilidades e debilidades das instituições políticas do país. Mediante a investigações posteriores, foram expostas a corrupção no sistema responsável pela preparação das estruturas dos megaeventos, bem como em outras áreas do setor político e empresarial.

Ademais, os megaeventos contribuíram para o aprofundamento das questões econômicas no país, visto que a gestão das políticas fiscais não foi suficiente para administrar os bens públicos de forma a cumprir plenamente com as exigências da FIFA e do COI, e lidar com os desafios internos pós-crise de 2008. Vale citar que os valores investidos somaram aproximadamente 66 Bilhões de Reais, sendo 26 Bilhões para a Copa 2014 (Brandao, 2014) e 40 Bilhões para os Jogos Olímpicos Rio 2016 (Filipo, 2017). Como fruto de tal gestão, tem-se também as questões sociais expostas nos movimentos populares nas ruas e estádios que protestavam contra a realização dos megaeventos no país, como também anti a condução do governo até aquele momento.

Os megaeventos deixam um saldo complexo no país, e uma marca permanente na história brasileira. Os investimentos em infraestrutura, o aumento do turismo e a visibilidade internacional são resultados tangíveis. Contudo, os custos políticos, e sociais, como a instabilidade política, a crise da economia brasileira e o crescimento da opinião pública crítica, não podem ser ignorados. Assim, a experiência brasileira serve como um alerta para outras nações, que consideram a candidatura para sediar megaeventos esportivos, principalmente no que diz respeito à necessidade de planejamento e gestão pública. Tal exemplo, é essencial aos países emergentes, pois embora os megaeventos conferem destaque internacional para os Estados/cidades que os sediam, no fim, fica a questão a ser trabalhada em futuras pesquisas: Tais eventos de fato contribuem para o crescimento (duradouro e constante) do Soft Power nacional, ou apenas, constituem um meio de expor as vulnerabilidades das nações emergentes?.

Por fim, vale reiterar que tal análise soma para o campo das Relações Internacionais, não apenas por discorrer sobre os conceitos e práticas de soft power e diplomacia, mas também por enfatizar que o equilíbrio entre a ambição de projetar identidade/imagem no meio internacional, e capacidade de enfrentar os desafios domésticos ao longo do processo, são de extrema necessidade aos Estados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bárbara S. de (2016) Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología, Vol.25 No.2, p.68-77. 2016

AMAZARRAY Igor; GUIMARÃES, Bruno Gomes. O exercício do soft power: futebol e o caso brasileiro. Revista InterAção (UFSM), 2011.

Arias, J. (2014, janeiro 27). Por que o Brasil está contra a Copa? El País. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/28/opinion/1390865170\\_116679.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/28/opinion/1390865170_116679.html)

ATHAYDE, PFA. O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do Governo Lula e suas implicações sociais [tese]. Brasília: Universidade de Brasília; 2014.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e Sociedade, v. 21, número especial, dez. 2012

BASTOS, P. P. Z.. Ascensão E Crise Do Governo Dilma Rousseff E O Golpe De 2016: Poder Estrutural, Contradição E Ideologia. Revista de Economia Contemporânea, v. 21, n. 2, p. e172129, maio 2017.

BETTINE, M.; GUTIERREZ, D.; GRAEFF, B.. As Reportagens Das Mídias Estrangeiras Sobre O Brasil Dos Megaeventos Esportivos: *Soft Power*, Periferia E Dependência. Movimento, v. 24, n. 4, p. 1353–1368, out. 2018.

BIAZZI, Alessandro; FRANCESCHI NETO, Virgílio. Futebol e política externa brasileira: entre o político-identitário e o comercial. EFDeportes.com Revista Digital. Ano 11, n. 104, janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com:80/efd104/futebol-epolitica-externa-brasileira.htm>>.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14<sup>o</sup>. ed. Paz e Terra, v. 12, 1986.

BORDER, Sam. At the World Cup, Doomsday Predictions Give Way to Smaller Hiccups in Brazil. New York Times, New York, 17 Junho 2014. Disponível em: <Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2014/06/18/sports/worldcup/at-the-world-cup-doomsday-predictions-give-way-to-smaller-hiccups-in-brazil.html>

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Pp. 136-153.

Brasil. Senado Federal. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no BRASIL. Agência Gov. Alta do PIB encaminha Brasil para ser 8ª economia do mundo. 'No rumo certo', diz Lula. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Estatísticas de Comércio Exterior em Dados Abertos. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>

Brasil. Senado Federal. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado notícias. Dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

CARDOSO, Maurício. 100 Anos de Olimpíadas: de Atenas a Atlanta. 1 Ed. São Paulo: Scritta, 1996

CARNEIRO, F. H. S. et al.. Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 41, n. 4, p. 343–349, out. 2019.

CASTRO, Andreia Soares e. 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy 'to win hearts and minds' through sports and football. PD Magazine, Los Angeles, v.5, n.1, p. 28-35, 2013.

CERVO, Amado Luiz. História da política exterior do Brasil - 4. ed. rev. e ampl - Brasília : UnB, 2011 - 595 p.

CHARI, Tendai. Discursive constructions of the Germany–Brazil semifinal match during the FIFA 2014 World Cup: The limits of football as a soft power resource. Communicatio, South Africa, v.44, n.4, p.405-422. 2015.

COSTAS, Ruth. "De onde vem o dinheiro da Copa?". BBC Brasil, 26 jun. 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626\\_copa\\_gastos\\_ru](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru). Acesso em: 10 Out. 2024.

FANG, Cai; YANG, Du; MEIYAN, Wang. "Crise ou oportunidade : resposta da China à crise financeira global". *Revista Tempo do Mundo (RTM)*: v. 1, n. 1, p. 97-119. dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6235>

FARIAS, José Airton de Soares, Fagno da Silva. "O Futebol e a Ditadura Militar no Brasil". A Copa de 1970 no México e seus desdobramentos político-sociais. CCCSS, Málaga, jun. 2016.

FERRERAS, N.. As organizações internacionais durante a Guerra Fria: organizar o mundo, incorporar novos atores e discutir realidades possíveis. *Tempo*, v. 30, n. 2, p. e300211, 2024.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

FREITAS, Luíza Maria Astolfi Barbosa de. *As relações internacionais, a crise do COI e a agenda 20+20*. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.101.2020.tde-21042021-161215.

FONTOURA, Paulo Roberto C. T. da; UZIEL, Eduardo. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro. 2017

GARCIA FERRANDO, M.; LATIESA RODRÍGUEZ, B.M.; DURÁN GONZÁLEZ, L.J. El deporte mediático y la mercantilización del deporte: la dialéctica del deporte de alto nivel. In: GARCIA FERRANDO, M.; BARATA, N.P.; LAGARDERA OTERO, F. (Coords.). *Sociología del deporte*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

GENTIL, D.; HERMANN, J.. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. *Economia e Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 793–816, dez. 2017.

GRIX, Jonathan; LEE, Donna. *Soft Power, Sports MegaEvents and Emerging States: The Lure of the Politics of Attraction*. *Global Society*, p. 521-536, 2013

HALL, Colin Michael. *Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism*. In: HORNE, John; 2006.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Juntos num só ritmo? Diplomacia e Esporte Internacional. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 7, n. 2, jul-dez, p. 1-37, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/viewFile/1301/1501>. Acesso em: 11 ago. 2024.

KAULINO, Beto; JUPPA, Fabio; DILASCIO, Flávio; MOTTA, Juliana. "Legado Olímpico: veja como estão as estruturas da Rio 2016 oito anos depois". *Globo Esporte - Rio de Janeiro*, 07 Ago. 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2024/08/07/legado-olimpico-veja-como-estao-as-estruturas-da-rio-2016-oito-anos-depois.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2024

KOOREP, Ranno. *Geopolitics of Sports Mega-events: Why is International Sport Moving to Emerging Countries?* University of Tartu, Faculty of Social Sciences. 2016.

LOPEZ, A.A. *La aventura olímpica*. Madrid: Campamones, 1992.

LOZETTI, Alexandre; CANÔNICO, Leandro. Dilma e Blatter são vaiados em abertura da Copa das Confederações. Brasília, 15 jun. 2013. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2024

MANZENREITER, Wolfram (Ed.). *Sports Mega-Events: social scientific analyses of a global phenomenon. (Special Issue: The Sociological Review Monograph Series) V.54, Issue Supplement 2, December 2006. p. 59-70.*

MARTINS, Polyanna. *Sociologia do Esporte* [online]. Inta, pg.3. 2016. Disponível em: [\\_https://md.unita.edu.br/geral/sociologia-do-esporte/pdf/sociologia.pdf\\_](https://md.unita.edu.br/geral/sociologia-do-esporte/pdf/sociologia.pdf). Acesso em: 21/10/2024

MASCARENHAS F, Athayde PFA, Santos MR, Miranda NN. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. *Jornal Alesde* 2012 Jul/Dez;2(2): 15---32

MAISONNAVE, Fabiano. Premiê haitiano pede Ronaldo contra crise. *Folha de S. Paulo*, 31, mai. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u73203.shtml>. Acesso em: 21, set. 2024

MANZI, R. H. D. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira. *Conjuntura internacional*, v. 13, n. 1, p. 36-43, 5 out. 2016.

MARICATO, Ermínia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 17-24.

MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO (2013), documento consultado na Internet em 14/11/2024 em <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dosdireitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

MELO SILVA, T. F. de; RENAN TENÓRIO CAVALCANTI. O esporte como instrumento de diplomacia no cenário internacional. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 130–145, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2318-9452.2021v8n16.52119. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/52119>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MENDONÇA, R. “Um ano depois da Copa, metade do ‘legado’ ainda não foi entregue”. *BBC Brasil*, jun. 2015. disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150605\\_um\\_ano\\_copa\\_obras\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150605_um_ano_copa_obras_rm), Consultado el 15 nov. 2024.

MENEZES, Roberto Goulart, Lurian José Reis da Silva Lima, Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto, Rodrigo Soto Lagos, Joel Ángel Bravo Anduaga, Carmelo Cattafi, Marcos de Araújo Silva, et al. “El Fútbol Más Allá de Las Cuatro Líneas: Política Internacional y El Soft Power Brasileño.” In *Política Global y Fútbol: El Deporte Como Preocupación de Las Ciencias Sociales*, edited by Willy Soto Acosta, 73–96. CLACSO, 2018. <https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0jqp.9>.

MILLINGTON, R.; DARNELL, S. Constructing and contesting the Olympics online: the internet, Rio 2016 and the politics of Brazilian development. *International Review for the Sociology of Sport*, v.49, n.2, p.190-210. 2014.

MINTZ, S. W.. *Cultura: uma visão antropológica*. Tempo, v. 14, n. 28, p. 223–237, jun. 2010.

MONTEIRO, André, GALLO, Ricardo. “Copa do Mundo termina com 23 obras inacabadas”. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Set. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/07/1486053-copa-do-mundo-termina-com-23-obras-inacabadas.shtml>

MURRAY, Stuart. *Sports-Diplomacy: A Hybrid of Two Halves*. Artigo apresentado no International Symposium on Cultural Diplomacy. Anais... Berlim, 11-13 maio 2011, p.1-25.

MURRAY, Stuart; PIGMAN, Geoffrey Allen. Mapping the relationship between international sport and diplomacy. *Sport in Society*, v. 17, n. 9, p. 1098-1118, 2014

NUNES, Daniel. A construção de uma imagem fenomenal. Ronaldo Nazário: jogador e garoto propaganda. 2011. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PINTO, Danielle Jacon Ayres. Smart power: os pilares deste poder na política externa brasileira.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais -USP.Disponívelem:<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000100061&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100061&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

PLEASANCE, Chris. This is the country lecturing us on climate change? Brazil attempts to teach world a lesson despite its horribly polluted water and deforestation of the Amazon. Daily Mail , London, 6 agosto 2016. Disponível em <Disponível em <https://www.dailymail.co.uk/news/article-3726492/This-country-lecturing-climate-change-Brazil-attempts-teach-world-lesson-despite-horribly-polluted-water-deforestation-Amazon.html> >.

PORTELA, V. Q. 2014. O esporte como instrumento de soft power nas relações internacionais. Monografia. 87f. Boa Vista, Universidade Federal de Roraima.

PROJETO COMPROVA. O que foi a Operação Lava Jato? CNN Brasil. Out, 2022. Acesso em: 24/11/24. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>

PUFF, J. (11/01/2016), “Saúde pública: como o RJ chegou a uma de suas piores crises no ano dos Jogos”. BBC Brasil, disponível em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106\\_crise\\_economica\\_rio\\_jp](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106_crise_economica_rio_jp). Acesso em 17/11/2024.

REIS, Nascimento . ELOS ENTRE BRASIL E HAITI POR MEIO DO FUTEBOL:: UMA ANÁLISE DO FILME “O DIA EM QUE O BRASIL ESTEVE AQUI”. Revista Espirales, [S. l.], v. 7, n. 1, 2023. DOI: 10.29327/2282886.7.1-8. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/4201>

Reis, Rodrigo Nascimento. *O Futebol Brasileiro Como Soft Power: Um Estudo De Narrativas Jornalísticas E Cinematográficas*. 2023.

RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. O esporte na política externa do Governo Lula: o importante é competir? Meridiano 47, Brasília, v. 11, n. 122, p. 35-41, nov./dez. 2010.

RIBEIRO, Simone Nejaim. *A Linguagem Do Futebol: Estilo e Produtividade Lexical*. 1998.

RUBIO, K. O trabalho do atleta e a produção do espetáculo esportivo. *Revista Eletrónica de Geografia y Ciências Sociales*, Barcelona, v.6, n.119, p.95, 2002.

RUBIO, Kátia. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.24, n.1, p.55-68, jan./mar. 2010

SANDER DAMO, Arlei. A tragédia que a Copa legou ao Brasil – as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, [S. l.]*, v. 22, n. 2, 2020. DOI: 10.12957/irei.2020.54488. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/54488>.

SOARES, Antônio Jorge. LOVISOLO, Hugo. O futebol é fogo de palha: a “profecia” de Graciliano Ramos. In: HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio Jorge Soares; LOVISOLO, Hugo (Orgs.). *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

STEIN, Leandro. “Como o futebol moldou a identidade cultural do brasileiro”. Trivela, 2015.

SUMÁRIO EXECUTIVO V. 1 (2009), documento consultado em Internet el 22/12/2015 en [http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/dossie\\_de\\_candidatura\\_v1.pdf](http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf).

SUPPO, H. 2012. “Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais”. *Contexto Internacional*, v. 34, n. 2, pp. 397-433.

TYLOR, E. B. *Cultura primitiva: investigaciones sobre el desarrollo de la mitología, la filosofía, la religión, el arte y las costumbres* (Vol. 2). J. Murray, 1871. [https://books.google.com.br/books/about/Primitive\\_Culture.html?id=AucLAAAIAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Primitive_Culture.html?id=AucLAAAIAAJ&redir_esc=y). Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/como-o-futebol-moldou-a-identidade-cultural-do-brasileiro/>

VAINER, Carlos. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014. p. 71-77

VALENÇA, M. M.; CARVALHO, G.. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. *Brazilian Political Science Review*, v. 8, n. 3, p. 66–94, set. 2014.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. *Esporte, poder e relações internacionais*. 3. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VERENHITACH, Gabriela Daou. A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: motivações e consequências. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em Direito da Integração, da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. (2007), “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”. Contexto internacional, Volumen 29, Nro. 2, 273-335. 2007

WESTHUIZEN, Janis Van Der. Status Signaling and the Risk of Domestic Opposition: Comparing South Africa and Brazil's Hosting of the 2010 and 2014 World Cups. Foreign Policy Analysis, Volume 17, Issue 3, July 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/fpa/orab004>. Acesso em: 20 ago. 2020.

WINTER, L. A. C.; BALAN, M. P. BASSO, M. Megaeventos esportivos e soft power: usos do esporte como instrumento de poder pelos Estados. Conjuntura internacional, v. 18, n. 2, p. 58-65, 26 dez. 2022.